

Percorrendo os trilhos da oferta e da procura...

O Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS) voltou a reunir os seus membros, no passado dia 28 de Abril, na sua sede habitual, em Loures. A sessão visou apresentar a situação do país em matéria de álcool em 2014, o ponto de situação actual do FNAS no que concerne a membros, acções, metodologias e linhas de acção e para a divulgação da Joint Action on Reduction Alcohol Related Harm (RARHA), cuja próxima sessão se realizará em Portugal em Outubro.

No final do evento, Dependências entrevistou Manuel Cardoso.

MANUEL CARDOSO, SUB-DIRETOR GERAL



Seis anos após a constituição do FNAS, que avaliação faz deste trabalho resultante do envolvimento da sociedade civil em torno de um problema que, finalmente, para ser percebido como de todos?

Manuel Cardoso (MC) – Antes de mais, deixe-me clarificar que, podendo existir um documento que atesta que o FNAS foi criado há seis anos, isso não corresponde propriamente à verdade. Este tipo e momento de discussão, para a construção de um plano nacional, começou a 25 de Junho de 2008... Foi muito complicado na altura sentar à mesma mesa conceitos e posturas tão díspares como as da produção e as da área do tratamento, dos especialistas da área da psicologia e algumas ONG... Não tendo sido muito fácil, foi possível pôr as pessoas a conversar e, hoje, fazem mais do que isso, construindo e trabalhando para a execução do próprio Plano Nacional. Ajudaram-nos a construir e a implementar o primeiro Plano Nacional apenas referente ao álcool, bem como o segundo, agora já com todas as outras áreas. Por outro lado, quando olhamos para um plano de acção e constatamos que a maior parte destas instituições, nomeadamente as da administração pública, até lideram processos, transportando para os seus próprios planos de atividade acções que têm a ver com o Pla-

no Nacional, concluímos que todos estão a construir, mais do que acções, um pensamento comum. Ainda que não unívoco ou uniforme mas que resulte em caminharmos num mesmo sentido, com pontos de chegada muito próximos e comuns.

E como é trabalhar com organizações e pessoas tão diferentes, quer nos objectivos, quer nos interesses, prosseguindo por vezes a união entre objectivos tão antagónicos?

MC – A primeira questão é conseguir encontrar os pontos comuns... E são esses que vão sendo discutidos. É verdade que a tal primeira reunião do Fórum, de 25 de Junho de 2008, foi precedida por várias outras reuniões preliminares, com vários parceiros, para conseguirmos chegar lá e não termos uma batalha campal... A primeira mensagem em que tenho insistido reside no alcance de consensos e de pontos comuns e, por isso, quando definimos metas, definimos metas comuns. Como é público, no primeiro plano não foi tudo linear e houve, num determinado fórum para aprovar um documento final, manifestações contra alguns pontos constantes do documento nos quais algumas entidades não se reviam, não tendo sido fácil trabalhar e chegar ao fim. Mas é evidente que a maior parte das coisas são construídas por consenso e, portanto, penso que temos conseguido encontrar aquilo que nos vai unindo a todos. Em suma, vamos conseguindo reconstruir a nossa cultura. No dia em que a comunidade achar que as coisas devem ter um caminho, os políticos só podem seguir esse caminho.

Na Europa também constatamos esse problema, com diferentes velocidades, conceitos e formas de pensar o problema do álcool... Em que medida poderá essa realidade dificultar a execução dos planos de cada país?

MC – É uma realidade... Absolutamente! De qualquer modo, temos tentado passar o mesmo tipo de mensagem. As coisas são muito difíceis e não é por acaso que andamos desde 2012 a tentar ter uma nova estratégia da União Europeia para a redução dos problemas relacionados com o álcool e não o conseguimos. Alcançámos uma joint action, que até poderá ser continuada, sem que essa estratégia exista... Temos participado em reuniões com o próprio Comissário, que tem manifestado muita vontade, mas as coisas não são fáceis, desde logo porque o presidente da Comissão Europeia tem uma agenda para a intervenção da Comissão, no sentido dos compromissos que assumiu com os Estados Membros, que no momento que a Europa atravessa, é muito mais ditada pela economia e finanças. A componente mais social fica assim comprometida. Por isso trabalhamos para os policy makers, tentando fazê-los perceber que existem prejuízos que não têm retorno e que são preveníveis. Ao conseguir trabalhar isso, sendo evidente que existem sempre interesses específicos e até em pessoais diferentes, será sempre possível encontrarmos sinergias.



Falou da necessidade de um questionário uniforme para termos uma perceção mais equilibrada do fenómeno. Até nisto existem diferenças europeias?

MC – Claro. Se perguntar a um inglês quantas “bebidas padrão” consome numa noite e ele lhe responder que são cinco, estará a informá-lo que consome cerca de 40 gramas de álcool puro, nessa noite. Se perguntar a um português, ele estará a dizer-lhe que consome 50 gramas. Se perguntar a europeus de outras nacionalidades poderá significar 60 ou mesmo 80 gramas de álcool puro, para as mesmas cinco bebidas padrão. As respostas não seriam por isso comparáveis. Se em vez de perguntar por bebida padrão, perguntar quantos “copos”, estará novamente perante uma disparidade, uma vez que, por exemplo na Alemanha, o copo de cerveja tem 400 ou 500 ml, enquanto os nossos têm 200... Portanto, se o português disser que bebe um e o alemão disser o mesmo estaremos a falar de coisas completamente diferentes. Mas existem outras variáveis que implicam imensas dificuldades. Quando falamos, por exemplo, dos conceitos de “consumo moderado”, “consumo de baixo risco” ou de “binge drinking”, estamos quase sempre a falar de coisas diferentes. O questionário foi previamente testado em vários países, para identificar os termos e expressões que podem ser usadas para que a pergunta tenha exactamente o mesmo significado, independentemente da cultura. Aí sim, a resposta poderá ser comparada porque estamos a perguntar o mesmo em cada um dos sítios. Isto para não dizer que os questionários poderão ser completamente diferentes, quer em termos de estrutura, quer em termos de variáveis a avaliar. Poderei estar interessado no consumo de cada um em termos de prevalência ou de consequências. Quando da apresentação de resultados a própria definição de “grupo etário”, pode ser completamente diferente.

Considera que o sucesso alcançado pelo modelo português relativamente às drogas ilícitas tem sido replicado no caso do álcool?

MC – É sempre muito complicado estabelecer uma comparação entre esses domínios, até porque estamos a falar de conteúdos legais, no caso do álcool. O trabalho que estamos a fazer, que outros países começaram de maneira diferente, é, baseado numa intervenção integrada e numa abordagem balanceada entre a oferta e a procura, como fizemos realmente para as ilícitas, e que nos parece ser o mais sensato. E é algo que a Europa não tem visado. Apesar de ter-

mos desenvolvido um grande esforço nesse sentido, não conseguimos passar essa mensagem, de uma abordagem equilibrada entre a oferta e a procura, na produção de um documento prévio à preparação de uma nova estratégia para a redução dos problemas ligados ao álcool para a EU. Pelo facto de ser uma abordagem seguida na estratégia europeia contra as drogas, houve Estados Membros que a consideraram essa abordagem como inaceitável. Como sabem, participei no grupo piloto da preparação do plano de acção Europa/OMS e também tentei “vender” essa ideia e não consegui e, por isso, se seguiu, à risca, a estratégia global da OMS, que tem conteúdos claramente da área da oferta e conteúdos da área da procura, embora não apresentados sob esta forma. Penso que, em termos europeus, seria positivo conseguirmos fazer esta abordagem de maneira clara. Sei que existem muitos estudos, considerados como evidência científica, que relatam que muitas ações, na área da oferta, são absolutamente eficazes mas, se não forem acompanhados por uma abordagem complementar na área da procura os resultados acabam por ser reduzidos. O cidadão, enquanto consumidor, na aceção mais comercial do termo, tem que estar no centro da intervenção. Os problemas ligados ao uso nocivo do álcool são, de acordo com a OMS, o terceiro fator de risco de morte e doença, na Europa. Os problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas são o 19º fator de risco. Se uma abordagem balanceada entre a oferta e a procura resultou para os problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas é legítimo pensar que poderá resultar no mesmo sucesso se aplicado aos problemas ligados ao uso nocivo do álcool.

Em Outubro, teremos novamente uma reunião da RARHA em Portugal... O que poderá adiantar sobre a preparação desse evento?

MC – Em termos internacionais, conseguiremos ter mais de 150 peritos dos vários países e é nosso objectivo contarmos com igual número de profissionais portugueses. Em cima da mesa estarão os resultados da Acção Comum e confesso que a minha convicção é que as equipas trabalharam de forma fantástica, obtendo resultados muito interessantes. Também aqui se constata um trabalho de aproximação num caminho percorrido em conjunto. Por último, estamos à espera da confirmação da presença do Comissário Europeu no encerramento, dando algumas boas notícias, quem sabe uma nova Joint Action (RARHA II?)...

